



EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: mudanças e permanências na carreira profissional de mulheres-mães no CESP/UEA

Rosemere Barbosa Guimarães¹
Diego Omar da Silveira²

RESUMO: Este trabalho analisa brevemente a trajetória histórica das mulheres nos últimos 30 anos, com ênfase no seu acesso e permanência no Ensino Superior e busca discutir a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas educacionais e nos debates acadêmicos. A pesquisa tem como objetivo refletir as mudanças e permanências na formação profissional de mulheres-mães na educação superior, tendo como base a categoria de gênero. Para tanto foram realizados grupos focais com estudantes de diferentes cursos de graduação do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas.

Palavras-chave: Educação Superior; Gênero; Relações de Poder; Estudo; Trabalho.

ABSTRACT: This paper briefly reviews the historical trajectory of women in the last 30 years, with emphasis on their access and retention in higher education and discusses the integration of a gender perspective in educational public policy and academic debates. The research aims to know the representations and University of way for women – mothers, based on the category of gender. It is proposed also analyze the different strategies created by these students to balance family, work and the academic routine, showing the power relations that underlie this proces. Therefore, we conducted focus groups with students from different undergraduate courses Center for Advanced Studies of the Parintins Amazonas State University.

Keywords: Higher Education; Gender; Power Relations; Study; Work.

¹ Bacharel em Serviço Social - UFAM; Graduanda do curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP/UEA). E-mail: r_bguimaraes@hotmail.com.

² Professor Assistente do Curso de História Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos coloniais a sociedade escravista e patriarcal, confidenciada e sustentada pela Igreja Católica, atribuía papéis definidos, diferentes e hierarquizados para homens e mulheres. Diante disto, as mulheres – no seu processo de constituição de gênero – tiveram a sua representação e os seus espaços de atuação subjugados ao masculino, sendo tratadas como seres frágeis, dependentes e subalternos ao masculino, estabelecendo-se uma relação de poder de dominação do homem sobre a mulher.

A partir do século XIX, com a chamada Revolução Industrial, as relações entre os gêneros sofrem grandes transformações, fruto de novas conjunturas econômicas, políticas e sociais, e de forma gradual (mas contínua) a mulher deixa de ser apenas dona-de-casa, mãe e esposa, passando a ocupar também seu lugar no mercado de trabalho – um espaço ainda dominado majoritariamente por homens. No entanto, um sem número de desníveis entre homens e mulheres permanecem, ainda mais quando se consideram os recortes de classe. Como constatam os estudos pioneiros de Michele Perrot (1988), enquanto as primeiras mulheres burguesas se empenhavam na luta pelo sufrágio universal e pelo direito à educação, milhares de trabalhadoras eram exploradas como mão de obra barata no empreendimento fabril capitalista. Aos poucos os movimentos abriram também canais nos quais era possível às mulheres demonstrar a partir de sua militância seu descontentamento diante das desigualdades e construir (de forma pensada e dialogada) mobilizações que vão mudar o rumo de suas vidas, afirmando novos modelos de comportamento feminino. Eis aí a gênese do feminismo, “cujo objetivo é a igualdade dos sexos e cuja prática é a de um movimento coletivo, social e político”, como constata Andrea Lisly Gonçalves (2006, p. 28).

A partir dos Estados Unidos e da Europa alguns modelos de militância feminina se espalham pelo Ocidente. Entre os grupos operários encontraremos a contestação dos valores burgueses de família e sexualidade e nas classes médias a afirmação das mulheres na vida pública, solicitando o direito ao voto, a educação liberal e a possibilidade de ascender aos postos de mais destaque no mercado de trabalho. Nesse contexto, as mulheres ganham as ruas expressando sua oposição à naturalização dos papéis restritos que lhes tinham sido outorgados, a rejeição aos símbolos estéticos de domesticação do corpo e afirmação da sexualidade como espaço de construção e conquista do prazer. “O privado é político” e “nossos corpos nos pertencem” são lemas ainda atuais, que

simbolizaram esse salto significativo das mulheres frente à sua condição invisível na historiografia e em oposição a um tipo de história miserabilista – na qual se sucedem “mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas”. Como destaca Rachel Soihet (1997, p. 278) emerge agora a figura da mulher rebelde, considerada pelos grupos conservadores como portadora de um comportamento desviante, logo, um problema. Trata-se de um discurso político assumido por mulheres na luta por um projeto de vida próprio, tencionando os silêncios e acordos tácitos, a violência simbólica e as esferas de poder que permitem que as desigualdades entre os sexos se produzam a partir e em relação com outras desigualdades.

O Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi o *lócus* em que observamos as problemáticas acima apontadas. Buscamos colocar em evidência as narrativas de mulheres universitárias de diferentes idades e de diversos cursos, unidas pela experiência da maternidade. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que tem como fundamento teórico uma leitura interdisciplinar característica dos estudos de gênero interligada a uma abordagem sociohistórica.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES-MÃES: entre a casa, a rua e a academia

Por séculos a diferença entre as mulheres e os homens foi justificada pelo aspecto biológico, que não apenas distinguia os sexos do ponto de vista de seu aparato corporal, mas justificava um processo de inferiorização das mulheres em relação ao homem, construindo uma visão da fragilidade, docilidade e até mesmo sensualidade dos corpos femininos. Consideradas desprovidas de inteligência para tratar dos assuntos públicos – política, ciência e economia – as mulheres trilharam longo caminho para sair do lar e demonstrar seu potencial humano e profissional.

Os feminismos têm se manifestado contra a realidade cotidiana da dominação masculina denunciando as suas infinitas expressões que nas palavras de Simone de Beauvoir (1976, p.15) desde sempre, as mulheres têm vivido num mundo onde os homens não fizeram mais do que defini-las essencialmente como objetos, como as “Outras”, como um grupo social à parte. Na Amazônia, impossibilitadas de oportunidades para o desenvolvimento de seu capital humano as mulheres foram submetidas à educação do lar em que o casamento e a maternidade é visto e tido como inato (cf. Souza, 2005, p. 212-213). A educação no século XIX expressa claramente os efeitos desse sistema educacional onde o acesso aos ensinamentos, era diferenciado para

homens e mulheres, sobretudo às mais pobres, negras e indígenas. Esse cenário configura o modelo e o processo de instrução desenvolvido no Brasil que alinhados aos ideais dos colonizadores reforçam as desigualdades entre pobres e ricos, mulheres e homens desde os tempos remotos. Porém, esse quadro muda quando o movimento de mulheres se organizam e saem às ruas para a conquista do seu espaço que não ocorre de forma pacífica com o Estado. Essa investida possibilitou/a desenvolverem suas inúmeras habilidades e competências na construção de sua própria história seja na saúde, educação, mercado de trabalho e outros.

Em relação ao acesso, permanência e conclusão de cursos na educação superior as mulheres têm se destacado o mais expressivo o que significa a ultrapassagem de tempos anteriores dada à supremacia do masculino sobre o feminino, com isso no mercado de trabalho com mais qualificação. Bruschini; Lombardi & Unbehaum (2006, p. 64) corroboram que “a média de mulheres na universidade se alinha à tendência de maior escolarização e possibilidades de acesso à nova oportunidade de emprego e renda com carteira assinada, embora ainda com salário inferior ao dos homens”. Esses dados se alteram a cada ano podendo ser notado em pesquisas mais recentes.

Porém podemos perceber que o maior número de mulheres na educação superior por si só é insuficiente para dizer sobre mudanças efetivas nas relações de gênero. Sabidamente, essas relações extrapolam a identificação de sexo por estarem imbricadas nas complexas relações de poder que marcam a sociedade patriarcal e capitalista e que, por consequência, se expressam também nos conflitos e nas contradições nos espaços universitários, o que supõe-se que [...] o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem [...] (Saffioti apud Castell 2004, p.58). Diante disto, reconhecemos que a ideia de inferioridade da mulher foi e continua sendo uma construção social histórica em que a hierarquia de gênero, nos diversos contextos, é em favor do masculino o que nos conduz a críticas e reflexões que se desdobram nas análises dos dados desta pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa centra-se no método dialético com uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de pesquisa em grupo focal tendo como área de abrangência 06 mulheres-mães acadêmicas que encontram-se cursando entre o 5º ao 8º período no momento da pesquisa nos vários cursos de graduação oferecidos pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins. Têm faixa etária entre 36 a 54 anos de idade, possuem de 1 a 4 filhos. Do total de mulheres 5 convivem com cônjuge e os filhos e 1 não tem cônjuge e mora com a filha. Desse modo propõe-se ligar as suas vivências cotidianas

ou mesmo suas deficiências, aflições, representações, linguagens, hábitos e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão sempre com traços em comum entre as participantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa realizada com mulheres-mães e acadêmica do CESP-UEA/Parintins têm a intenção de apresentar as perspectivas de futuro desse público e a difícil conciliação entre trabalho, família e academia que permeada pelas relações de poder não tem inibido a expressiva resistência à dominação masculina, sobretudo abrir possibilidades para novas discussões, reflexões e novos estudos. Procuramos apreender como as particularidades dos contextos históricos, econômicos e socioculturais podem influenciar a interpretação que as participantes fazem de si e para si enquanto mulheres, e de que modo podem condicionar as possibilidades e oportunidades subjacentes às decisões relativas à gestão das suas vidas.

Primeiramente buscamos conhecer sobre a representação da Universidade para os grupos focais e os dados revelam ser um caminho de possibilidades para ingressar ao mercado de trabalho como para a auto realização. Nessa perspectiva, (Sina, 2005, p. 125) afirma que as mulheres têm entre os sonhos que alimenta em primeiro lugar, com 52%, o de crescer profissionalmente, seguido de ver os filhos bem encaminhados na vida (49%), ter dinheiro para comprar tudo que desejam e (47%) e ser financeiramente (39%) independente. No entanto, a realização de sonhos e necessidades básicas de muitas mulheres é permeado pelas contradição nas relações de gênero em que a conciliação dos diferentes papéis assumidos por elas implica num desgaste físico, emocional e afetivo, sobretudo quando esta é mãe e provedora da família porque além das tarefas, o cuidado também inclui educar/orientar, acompanhar o desenvolvimento escolar (ver cadernos, lição de casa, participar de reuniões, conversar com professores), dar atenção, conversar, enfim, passar algum tempo com os filhos (o que poderia ser interpretado também como uma prestação de atenção psicológica) (Bruschini e Ricoldi, 2009, p. 99) é de sua responsabilidade. Nessa campanha o Estado mínimo na sua imprecisão fragmenta sua atuação no investimento de políticas públicas para o provimento de respostas eficazes às demandas e necessidades de mulheres-mães, nesse caso a implementação de creches universitárias e para a comunidade de um modo geral, impondo definitivamente mudanças nas estruturas familiar, sobretudo forçando a mulher ao máximo a avançar para atender às exigências do mercado em condições precárias.

Desta forma, o mercado insinua que é ao trabalhador(a) que cabe a responsabilidade de qualificar-se para que adquira ou mereça empregabilidade e

sobretudo, esteja apto(a) a utilizar eficazmente as tecnologias da informação e comunicação para a produção da riqueza. O mercado de trabalho quer líderes capazes de viver em meio às incertezas sem comprometer seu desempenho (cf. Sina, 2005, p.154). Assim, vem-se exigindo trabalhadores(as) cada vez mais capacitados e especializados e as mulheres estão buscando se aperfeiçoar com formação na educação superior e conseguido entrar para as estatísticas como as mais qualificadas.

Nesse percurso, os grupos revelam uma preocupação com os filhos concluindo que estes são uma parte importante para essas mulheres e a rotina das mães é particularmente organizada em razão deles, principalmente quando são pequenos e ela provedora da família ou seja, quem continua em condições desigual tanto no âmbito privado como no público é a mulher (cf. Bruschini e Ricoldi, 2009, p. 99). A divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais de exploração do capital sobre o trabalho em que segmenta os trabalhos de homens e mulheres, hierarquiza e subalterniza os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos (cf. Cisne, 2012, p.109). Essa naturalização de papéis ditos de homens e de mulheres acabam por definir as relações de poder dos homens sobre as mulheres conforme a fala de **Celina** em que se observa que o homem ao estar no âmbito familiar exige toda atenção e cuidado para repor sua força de trabalho enquanto que a mulher retarda de forma articulada seus anseios evidenciando com isso a permanência da obediência e subalternização típico do patriarcalismo.

Mesmo com o mais alto grau de escolaridade as mulheres continuam a enfrentar a divisão sexual do trabalho privado e público por ser estes decorrente de um sistema patriarcal capitalista que por meio desta divisão confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados (cf. Cisne, 2012, p. 109) avançando na acumulação da riqueza em detrimento da exploração do trabalho não remunerado imposto às mulheres. Nas relações entre homens e mulheres a divisão sexual do trabalho é condição central para a manutenção da hegemonia de poder dos grandes senhores em que estes vão determinar as diferenças por sexo.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.). (Hirata e Kergoat, 2007, p.598).

Porém, ao mesmo tempo em que se percebem como mulheres-vítimas, também se impõem como mulheres-sujeitos, conscientes de suas limitações, mas não desistem de realizar sonhos e buscar alcançar seus objetivos. Quanto à carreira profissional os grupos

se assumem como os principais responsáveis pelo seu sucesso em que sinalizam que a vida dentro de casa acaba refletindo na busca pela educação superior como possibilidade de ingressar ao mercado de trabalho com qualificação. É como se escolarização e família representassem sua motivação para enfrentar os obstáculos e alcançar o sucesso. Nesse sentido, a conciliação dos diferentes papéis assumida por mulheres-mães não ofusca seus sonhos e objetivos, mas, fazem reconhecer-se com seu potencial humano e intelectual conforme as palavras da participante do grupo 1: “as dificuldades vêm para nos fazer crescer, amadurecer... e que diante delas não devemos nos acomodar, mas enfrentá-las de cabeça erguida olhando pra frente...acreditando no seu potencial...” **(Marina,35 anos)**. Essa mentalidade tem uma construção histórica que denuncia a passividade atribuída às mulheres desmistificando e lançando um olhar para si mesma como protagonista da sua história.

Embora a formação superior aumente a renda em ambos os sexos, os homens ganham mais com cada nível educacional alcançado: a renda de um brasileiro com diploma universitário pode ser até 2,7 vezes superior à de um que só tenha ensino médio, e 3,2 vezes maior que a de um homem sem diploma colegial, mas a mulher ganha, 2,6 a mais que uma com ensino médio, e 3,1 a mais que uma mulher sem esse grau de instrução (OCDE, 2012). No Brasil, “a presença de mulheres em cargos de diretoria em empresas de grande porte chega a 24%, principalmente em áreas social, saúde, cultura e com maior predominância na administração pública” (Bruschini e Puppini, 2004, p. 119). Outra característica da ocupação da mulher a cargos-chave é de que quando comparada aos seus colegas homens, as mulheres são mais jovens, possuem maior grau de instrução e menor remuneração. Os dados sinalizam que as mulheres têm conseguido atingir uma posição social significativa e nas estatísticas aparecem como as que conseguem o nível mais alto de escolarização, o que influencia no cargo a que estão ocupando e/ou que buscam.

Note-se que, ainda assim, as mulheres continuam em desvantagem nas relações de gênero em que as relações de poder dos homens sobre as mulheres têm limitado o acesso e participação igual na política, no trabalho doméstico e sobretudo, no salário e principalmente quando as mulheres negras e índias. Assim, pensar as mulheres fora do contexto das relações de produção corremos o risco de naturalizar os papéis definidos para homens e mulheres homogeneizando uma sociedade que é dividida por classes, sexo, raça/etnia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à educação integral por séculos negado às mulheres, hoje se constitui uma ferramenta singular para a ascensão política, social, cultural e a caminho da econômica marcando a participação da mulher como possibilidade de emancipação. Com base nessa concepção os resultados dessa pesquisa corroboram que em meio às tramas cotidianas a feminilidade configura o peso da subjetividade autêntica das mulheres-mães e acadêmica na sua determinação, organização e direção dos percursos de seus sonhos, desejos e perspectivas constituindo condições para a construção e reconstrução de suas identidades de gênero e sexual e sobretudo o seu empoderamento. Constatou-se ainda que a divisão sexual do trabalho configura as desigualdades de gênero em que as mulheres assumem uma tripla jornada diária. Conclui-se que os sujeitos desta pesquisa ao mesmo tempo em que se percebem como mulheres exploradas pelo sistema patriarcal e sexista, também se impõem como mulheres-sujeitos capazes de criar estratégias para enfrentar os obstáculos, conquistar direitos e construir uma nova história.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1975. pp. 09-65.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Memória 2003-2006. Brasília: SEPM, 2006.

BRUSCHINI, Cristina & LOMBARDI, Maria R. Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres. Série Mulheres e Mercado Formal de Trabalho. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. Disponível em «<http://www.fcc.org.br>». Acessado em 24 de fevereiro de 2014.

BRUSCHINI, Cristina. “Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-95)”. In: ROCHA, Maria I. B. da (org.). Trabalho e Gênero – Mudanças, permanências e desafios. Campinas/ São Paulo: Editora 34/ ABEP/ NEPO-UNICAMP/ CEDEPLAR-UFMG, 2000. pp. 13-18.

BRUSCHINI, Cristina & MARTINEZ, Arlene. “Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda”. In: Cadernos de Pesquisa. v. 39, n. 136, jan./ abril de 2009. pp. 93-123. Disponível em «<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>». Acesso em 14 de outubro 2014.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. “Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios”. In: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. O Progresso das Mulheres no Brasil. 2006. Disponível em «http://www.mulheresno-brasil.org.br/pdf/O_Progresso_das_Mulheres_no_Brasil.pdf». Acessado 05 de setembro de 2014.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no século XX. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 105-138, jan./abr. 2004. «<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a06n12>». Acessado em 14 de outubro de 2014.

CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 1ª ed. Ed.: Outras Expressões. São Paulo, 2012.

COSTA, Heloisa Lara. "Poder e Educação Feminina". In: As Mulheres e o Poder na Amazônia. Manaus: EDUA, 2005.

DEMO, Pedro. Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis: Vozes, 2000.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Liber, 2005.

GONÇALVES, André Lisly. História & Gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HIRATA, Helena. Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes. In: Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um Olhar Voltado para a Empresa e a Sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012, p.273-289.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em «www.ibge.gov.br». Acesso em 14/06/2014.

KERGOAT, Danièle. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise, LE DOARE, Hélène & SENOTIER, Danièle (org.). Dictionnaire critique de féminisme. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

KERGOAT, Danièle & HIRATA, Helena. "Novas configurações da Divisão Sexual do trabalho". In: Cadernos de Pesquisa. v. 37, n. 132, set./dez. 2007

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 443-481.

2004.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em «www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br». Acessado em 11 de setembro de 2012.

PASCAL, Maria A. M. & SCHWARTZ, Rosana. "Mulheres brasileiras: cotidiano, histórias e conquistas". In: BEATRIZ, Regina Pereira & P. B. Maria Letícia (org.). Inclusão e exclusão: múltiplos contornos da educação brasileira. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RISTOFF, Rilvo (et. al.). A mulher na educação superior brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, 2007.

SINA, Amália. Mulher e Trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCOTT, Joan W. "O gênero como uma categoria útil de análise histórica". In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, n°16, jul./dezembro de 1990. pp. 5-22.

SOIHET, Rachel. Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. "História das Mulheres". In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

